



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 2

TARDE

ANALISTA LEGISLATIVO

MÉDICO - ÁREA AUDITORIA MÉDICA

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- **2 (duas) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida troca do cartão de resposta em caso de **erro** do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Médico - Auditoria Médica

1

A gravidez é um evento resultante da fecundação do óvulo (ovócito) pelo espermatozoide que, habitualmente, ocorre dentro do útero e é responsável pela geração de um novo ser. Este é um momento de grandes transformações para a mulher e para toda a família.

Assim, conceitua-se gravidez como o estágio fisiológico de mulher durante o qual ela traz dentro de si o produto da concepção. O diagnóstico de gravidez é feito por meio de exames objetivo e subsidiário. O exame objetivo divide-se em sinais de presunção, probabilidade e certeza.

Neste contexto, assinale a opção que não elenca um desses sinais de probabilidade.

- (A) Amenorreia.
- (B) Cianose da vulva.
- (C) Aumento do volume uterino.
- (D) Depressibilidade do istmo.
- (E) Congestão das mamas.

2

Documento é toda anotação escrita que tem a finalidade de reproduzir e representar uma manifestação do pensamento. Os documentos médico-legais que podem interessar à Justiça são as notificações, os atestados, os prontuários, os relatórios e os pareceres.

Assinale a opção que indica o documento que tem como objetivo firmar a veracidade de um fato ou a existência de determinado estado, ocorrência ou obrigação.

- (A) Atestado
- (B) Notificação
- (C) Relatório
- (D) Prontuário
- (E) Parecer

3

O Código de Ética Médica contém as normas que devem ser seguidas pelos médicos no exercício de sua profissão, inclusive nas atividades relativas a ensino, pesquisa e administração de serviços de saúde, bem como em quaisquer outras que utilizem o conhecimento advindo do estudo da medicina. O Código de Ética Médica nasceu orientado para aprimorar o exercício da medicina, em benefício da sociedade.

As opções a seguir, conforme o Código de Ética Médica, apresentam procedimentos que são vedados ao médico, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Receber remuneração ou gratificação por valores vinculados à glosa ou ao sucesso da causa, quando na função de perito ou de auditor.
- (B) Intervir, quando em função de auditor, assistente técnico ou perito, nos atos profissionais de outro médico, ou fazer qualquer apreciação em presença do examinado, reservando suas observações para o relatório.
- (C) Autorizar, vetar, bem como modificar, quando na função de auditor ou de perito, procedimentos propedêuticos ou terapêuticos instituídos, salvo, no último caso, em situações de urgência, emergência ou iminente perigo de morte do paciente, comunicando, por escrito, o fato ao médico assistente.
- (D) Apontar falhas em normas, contratos e práticas internas das instituições em que trabalhe quando as julgar indignas do exercício da profissão ou prejudiciais a si mesmo, ao paciente ou a terceiros.
- (E) Deixar de atuar com absoluta isenção quando designado para servir como perito ou como auditor, bem como ultrapassar os limites de suas atribuições e de sua competência.

4

João, criança de 4 anos diagnosticada com autismo infantil aos 2 anos de idade e em tratamento multidisciplinar desde o diagnóstico, passou a apresentar nos últimos meses episódios frequentes de agressividade e comportamento desafiador-opositor. Optou-se pelo início de tratamento medicamentoso de João, como complemento à terapia comportamental multidisciplinar, sendo a primeira opção como droga de escolha, conforme os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas – PCDT do Ministério da Saúde, o(a)

- (A) quetiapina.
- (B) ácido valproico.
- (C) risperidona.
- (D) carbonato de lítio.
- (E) sertralina.

5

A auditoria no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS divide-se em 3 fases: analítica, operativa e de relatório final.

O Relatório Final é o instrumento formal e técnico utilizado para comunicar o objetivo e as questões de auditoria, a metodologia utilizada, as constatações encontradas, as recomendações e a conclusão dos trabalhos. Além disso, é referência para o monitoramento da atividade.

Na redação do relatório, a equipe de auditoria deve orientar-se pelos requisitos resumidos no mnemônico 4CTI, quais sejam

- (A) clareza, correção, convicção, credibilidade, tempestividade e integralidade.
- (B) clareza, concisão, convicção, confiabilidade, tempestividade e imparcialidade.
- (C) ciência, concisão, confiabilidade, credibilidade, trabalho e integralidade.
- (D) clareza, convencimento, convicção, credibilidade, trabalho e imparcialidade.
- (E) ciência, correção, convicção, confiabilidade, tempestividade e imparcialidade.

6

As pessoas portadoras de doenças graves têm direito à isenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) incidente sobre os rendimentos relativos à aposentadoria, pensão ou reserva/reforma (militares), inclusive o décimo terceiro-salário.

As opções a seguir apresentam doenças que fazem jus à isenção de imposto de renda, conforme a Lei nº 7713/1988, à **exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Doença de Paget (osteíte deformante).
- (B) Tuberculose Ativa.
- (C) Esclerose Múltipla.
- (D) Acidente Vascular Cerebral.
- (E) Fibrose Cística.

7

A Terapia Imunobiológica é um tipo de tratamento bastante utilizado para combater e controlar doenças inflamatórias e autoimunes. Esse procedimento vem se mostrando muito eficaz, pois traz uma melhora significativa para os pacientes, tendo um rápido início de ação. Em alguns casos, é possível alcançar a remissão da doença.

Conforme as Diretrizes de Utilização para Cobertura de Procedimentos na Saúde Suplementar - Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde Anexo II (RN 465/2021), assinale a opção que indica a patologia que **não** se enquadra na cobertura para terapia imunobiológica endovenosa, intramuscular ou subcutânea.

- (A) Lupus Eritematoso Sistêmico.
- (B) Hidradenite supurativa.
- (C) Uveíte não infecciosa ativa.
- (D) Dermatite atópica.
- (E) Artrite idiopática juvenil.

8

O PET-CT é um exame de diagnóstico por imagem muito importante e que auxilia o oncologista no momento do diagnóstico, do estadiamento e do tratamento. Por meio de substâncias que liberam radiação, o equipamento faz um exame de corpo inteiro do paciente e traz diversas informações essenciais para a tomada de decisão.

Com relação a este assunto, assinale a opção que apresenta a patologia que é de cobertura obrigatória, determinada pela ANS para o PET CT oncológico.

- (A) Câncer colo-retal com CEA elevado e exame de imagem característico de recidiva da doença.
- (B) Câncer pulmonar de pequenas células no estadiamento do comprometimento mediastinal e à distância.
- (C) Adenocarcinoma de estômago localmente avançado para detecção de metástases à distância.
- (D) Câncer de pâncreas para estadiamento primário.
- (E) Nódulo pulmonar solitário espiculado.

9

Conforme a RN 465/2021, a ANS determina cobertura obrigatória para tratamento com toxina botulínica para portadores de espasticidade que apresentarem comprometimento funcional, ou dor ou risco de estabelecimento de deformidades osteomusculares, desde que esteja garantida a segurança do paciente (pelos seus familiares ou cuidadores no seguimento do tratamento, monitorização dos efeitos adversos e adesão às medidas instituídas) para as seguintes condições:

- I. Paralisia espástica tropical.
- II. Miastenia gravis.
- III. Síndrome de Eaton-Lambert.
- IV. Sequelas de hemorragia subaracnoidea.
- V. Doplegia espástica.

Estão corretas apenas as opções

- (A) II, IV e V.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e V.
- (D) I, IV e V.
- (E) II, III e V.

10

O Dímero D (também conhecido como D-Dímero) é um produto da degradação de fibrina. A sua dosagem é utilizada como auxiliar no diagnóstico ou para afastar a hipótese de doenças ou quadros trombóticos, que é a produção de coágulo no sangue. Sua utilização é recomendada em situações que cursam com distúrbios da hemostasia, como trombose venosa, tromboembolismo pulmonar, sepse, entre outros.

Nesse contexto, é hipótese de cobertura obrigatória determinada pela ANS para a dosagem de Dímero-D, a avaliação

- (A) ambulatorial de pacientes com suspeita de embolia pulmonar.
- (B) de pacientes adultos com sinais e sintomas de trombose mesentérica.
- (C) de pacientes adultos com diagnóstico de AVC isquêmico.
- (D) ambulatorial em pacientes com suspeita de Covid 19.
- (E) de pacientes adultos com sinais e sintomas de TVP nos membros inferiores.

11

No Brasil, o câncer de estômago é dos mais prevalentes, sendo o terceiro mais frequente entre os homens e o quinto entre as mulheres. Em ambos os gêneros, a incidência aumenta a partir de 35-40 anos em intensidades diferentes.

A incidência desse tipo de tumor vem diminuindo, mas a taxa de mortalidade permanece alta. O estadiamento clínico é definidor do tratamento indicado aos pacientes.

Sobre o estadiamento do adenocarcinoma gástrico, avalie as opções a seguir.

- I. EC IIA – T2 N0 M0.
- II. EC IB – T1 N1 M0.
- III. OEC IV – T1 N0 M1.
- IV. EC IIIA – T3 N2 M0.
- V. EC IIIC – T3 N2 M1.

Estão corretas apenas

- (A) I, II e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) III, IV e V.
- (D) I, III e V.
- (E) II, IV e V.

12

A Lei nº 8.213/1991, que trata dos Planos de Benefícios da Previdência Social, dispõe que o valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar de assistência permanente de terceiros será acrescido de 25%.

Nesse contexto, o Decreto nº 3.048/1999, que aprova o Regulamento da Previdência Social, estabelece, em seu Anexo I, a relação das situações em que o aposentado por invalidez terá direito a tal majoração.

Assinale a opção que retrata a situação que **não** confere direito à citada majoração.

- (A) Perda de um membro superior e outro inferior, quando a prótese for impossível.
- (B) Perda de uma das mãos e de dois pés, ainda que a prótese seja possível.
- (C) Paralisia dos dois membros superiores ou inferiores.
- (D) Perda dos membros inferiores, acima dos pés, ainda que a prótese seja possível.
- (E) Perda de nove dedos das mãos ou superior a esta.

13

Conforme o Art. 86 da Lei 8213/1991, o auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

Nesse contexto, analise as situações a seguir.

- I. Prejuízo estético, em grau médio ou máximo, quando atingidos crânio, e/ou face, e/ou pescoço ou perda de dentes e quando há deformação da arcada dentária que impede o uso de prótese.
- II. Perda de segmento ao nível ou acima do carpo.
- III. Redução da audição em grau médio ou superior em ambos os ouvidos, quando os dois tiverem sido acidentados

São situações que dão direito ao auxílio acidente:

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II, apenas.

14

A Medicina do Trabalho pode ser definida como a especialidade médica que lida com as relações entre a saúde dos homens e mulheres trabalhadores e seu trabalho, visando não somente à prevenção das doenças e dos acidentes do trabalho, mas à promoção da saúde e da qualidade de vida, por meio de ações articuladas capazes de assegurar a saúde individual, nas dimensões física e mental, e de propiciar uma saudável interrelação das pessoas e destas com seu ambiente social, particularmente, no trabalho.

Em relação à Resolução CFM 2323/2022, que dispõe sobre normas específicas para médicos que atendem o trabalhador, analise as afirmativas a seguir.

- I. Deve o médico do trabalho fornecer atestados e pareceres para o trabalhador sempre que necessário, considerando que o repouso, o acesso a terapias ou o afastamento da exposição nociva faz parte do tratamento.
- II. Quando requerido pelo paciente, deve o médico pôr a sua disposição ou a de seu representante legal tudo o que se refira ao seu atendimento, exceto o prontuário médico que é dado sigiloso.
- III. O médico do trabalho pode discordar dos termos de atestado médico emitido por outro médico desde que registre no prontuário os achados clínicos que justifiquem a discordância e após realizado o devido exame clínico do trabalhador.
- IV. Deve o médico do trabalho notificar formalmente o empregador quando da ocorrência ou da suspeita de acidente ou doença do trabalho para que a empresa proceda à emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho, devendo deixar registrado no prontuário do trabalhador.

Segundo a citada Resolução, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

15

A resolução do CFM nº 2056/2013 disciplina os departamentos de Fiscalização nos Conselhos Regionais de Medicina, estabelece critérios para a autorização de funcionamento dos serviços médicos de quaisquer naturezas, bem como estabelece critérios mínimos para seu funcionamento, vedando o funcionamento daqueles que não estejam de acordo com os mesmos. Trata também dos roteiros de anamnese a serem adotados em todo o Brasil, inclusive nos estabelecimentos de ensino médico, bem como dos roteiros para perícias médicas e da organização do prontuário de pacientes assistidos em ambientes de trabalho dos médicos.

No que tange ao capítulo que trata “Das Perícias Médicas e Médico-Legais”, analise as afirmativas a seguir, e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Os médicos peritos estão submetidos aos princípios éticos da imparcialidade, do respeito à pessoa, da veracidade, da objetividade e da qualificação profissional.
- () É fundamental, nos procedimentos periciais, a observância do princípio do *visum et repertum* (ver e registrar), de forma que o laudo pericial possa ser objeto de análise futura sempre que necessário.
- () Os pareceres dos assistentes técnicos devem seguir o mesmo modelo adotado pelo perito e não limitar-se a enfatizar ou refutar pontos específicos de seu relatório.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – V.
- (B) V – F – V.
- (C) V – V – V.
- (D) F – V – F.
- (E) V – V – F.

16

Conforme a Lei Complementar nº 142/2013, quanto à concessão de aposentadoria pelo RGPS ao segurado com deficiência, analise as afirmativas a seguir.

- I. Aos 25 (vinte e cinco) anos de tempo de contribuição, se homem, e 20 (vinte) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência grave.
- II. Aos 29 (vinte e nove) anos de tempo de contribuição, se homem, e 24 (vinte e quatro) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência moderada.
- III. Aos 33 (trinta e três) anos de tempo de contribuição, se homem, e 28 (vinte e oito) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência leve.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II, apenas.

17

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) destina-se a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e à cidadania.

As ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência, segundo o capítulo III do mencionado diploma legal, estão listadas nas opções a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Diagnóstico e intervenção precoces, realizados por equipe multidisciplinar.
- (B) Atenção sexual e reprodutiva, excluído o direito à fertilização assistida para deficientes mentais.
- (C) Atendimento psicológico, inclusive para seus familiares e atendentes pessoais.
- (D) Atendimento domiciliar multidisciplinar, tratamento ambulatorial e internação.
- (E) Serviços projetados para prevenir a ocorrência e o desenvolvimento de deficiências e agravos adicionais.

18

À luz do Decreto nº 11.255/2022, que regulamenta a licença para tratamento de saúde dos servidores públicos federais, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A perícia oficial poderá ser dispensada para a concessão de licença para tratamento de saúde, desde que o afastamento seja inferior a 15 dias.
- () Na impossibilidade de locomoção do servidor, a avaliação pericial será realizada no estabelecimento hospitalar onde ele se encontrar internado ou em domicílio.
- () Perícia oficial singular pode ser realizada apenas por um médico, ou um cirurgião-dentista, ou um psicólogo.
- () Ao servidor é assegurado o direito de recusar a avaliação por meio de telessaúde.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – V – V.
- (B) V – F – V – F.
- (C) V – V – F – F.
- (D) F – F – V – F.
- (E) F – V – F – V.

19

Consoante a Resolução CFM 2325/2022, que define e disciplina o uso de tecnologias de comunicação na avaliação médico pericial, o uso da telemedicina é permitido em caráter excepcional, em situações específicas e pontuais.

Sobre o uso da telemedicina na avaliação médico pericial, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) É permitida no caso de morte do periciando.
- (B) Não é permitida na avaliação de dano pessoal.
- (C) Não é permitida nas juntas médicas periciais.
- (D) Não é permitida na avaliação da invalidez ou que seja de natureza médico legal.
- (E) Não é permitida na avaliação da capacidade laborativa.

20

A Portaria Interministerial nº 1, de 02/01/2014 instituiu a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Assinale a opção que apresenta uma atividade que **não** compete à União, por meio do Ministério da Saúde.

- (A) Acompanhar a fiel aplicação das normas sanitárias nacionais e internacionais, visando garantir as condições de habitabilidade, higiene e humanização das ambiências prisionais.
- (B) Apoiar e fomentar a realização de pesquisas consideradas estratégicas no contexto desta Política, mantendo atualizada uma agenda de prioridades de pesquisa para o SUS.
- (C) Prestar assessoria técnica aos Estados, Distrito Federal e Municípios na implantação dos sistemas de informação em saúde que contenham indicadores específicos da PNAISP.
- (D) Prestar assessoria técnica e apoio institucional no processo de gestão, planejamento, execução, monitoramento e avaliação de programas e ações da PNAISP na rede de atenção à saúde.
- (E) Apoiar, técnica e financeiramente, a construção, a ampliação, a adaptação e o aparelhamento das unidades básicas de saúde em estabelecimentos prisionais.

21

Leia o fragmento a seguir.

O quadro de intoxicação por esta droga é caracterizado por tremores, perturbação da marcha, disartria, sonolência, estado confusional, apatia e bradipsiquia. Em altas doses produz depressão do sistema nervoso central, podendo levar o paciente ao coma ou à morte.

Assinale a droga que produz o quadro acima descrito.

- (A) Barbitúrico.
- (B) Cocaína.
- (C) Maconha.
- (D) Ópio.
- (E) Morfina.

22

O erro médico, quase sempre por culpa, é uma forma atípica ou inadequada de conduta profissional que supõe uma inobservância técnica, capaz de produzir um dano à vida ou à saúde do paciente.

Sobre o erro médico, considere as afirmativas a seguir.

- I. Pode ser por imprudência, negligência ou imperícia.
- II. O erro médico pode ser de ordem pessoal e de ordem estrutural.
- III. Na sua avaliação devem ser levados em conta as condições do atendimento, a necessidade da ação e os meios empregados.

Estão correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, III, IV.

23

Situações de simulação e metassimulação são comuns no ambiente médico pericial e sua avaliação é essencial para a conclusão precisa do laudo pericial.

Na simulação, o examinado alega situações inexistentes; na metassimulação, a situação existe, mas há um exagero ou supervalorização da queixa ou sintoma, sendo o mais comum a dor.

Para pesquisar a realidade ou irreabilidade deste fenômeno físico-psíquico, utilizam-se os sinais da dor. Avalia-se um desses sinais da seguinte forma: pede-se ao examinado que olhe a distância, e, no local referido da dor, é feita uma compressão. Na existência da dor, verificam-se contrações e dilatações pupilares.

O sinal da dor avaliado da forma acima descrita corresponde ao Sinal de

- (A) Muller.
- (B) Neer.
- (C) Levi.
- (D) Imbert.
- (E) Kehr.

24

Licença é o ato administrativo do Poder Público, vinculado e definitivo, quando se verifica que o interessado atende às exigências legais.

Sobre as licenças para o servidor público, avalie as afirmativas a seguir.

- I. É um direito objetivo do interessado e, por isso, nunca cabe à Administração Pública o direito ao indeferimento.
- II. Pode ser concedida em caso de doença de pessoa da família.
- III. Pode ser concedida para o exercício da atividade política.
- IV. Pode ser concedida como prêmio por assiduidade.

Estão corretas apenas as afirmativas

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) I e IV.

25

A insuficiência mitral ou regurgitação mitral ocorre quando a válvula mitral não fecha totalmente, fazendo com que o sangue retorne parcialmente para o átrio esquerdo e para os pulmões.

Assinale a opção que **não** apresenta um achado habitualmente encontrado no exame físico do quadro de insuficiência mitral primária.

- (A) Sopro sistólico regurgitativo.
- (B) Sinais clínicos de insuficiência cardíaca direita.
- (C) *Ictus cordis*, desviado para a esquerda e para baixo.
- (D) B1 hiperfonética.
- (E) B2 hiperfonética.

26

A auditoria do SUS é estabelecida pelo Sistema Nacional de Auditoria (SNA) que foi instituída pela Lei nº 8.689/1993 e regulamentada pelo Decreto nº 1.651/1995. Entre seus principais objetivos, está o de avaliar a estrutura, os processos aplicados e os resultados alcançados pelas ações e serviços desenvolvidos no âmbito do SUS, aferindo sua adequação aos critérios e parâmetros exigidos de eficiência, eficácia e efetividade.

Sobre esse tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. O SNA é organizado para funcionar em todos os níveis de governo, por meio dos órgãos de auditoria interna do SNA, que são as unidades de auditoria interna localizadas nos níveis federal, estadual e municipal do SUS.
- II. A AudSUS apoia e orienta a implantação e o desenvolvimento institucional de órgãos de auditoria interna das Secretarias de Saúde e, assim, eventuais necessidades de apoio devem ser formalizadas por meio do Formulário de Solicitação de Apoio à AudSUS.
- III. Para os gestores representa uma das principais práticas da boa governança pública, uma vez que a auditoria interna avalia a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança de modo independente e objetivo.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

27

O Sistema Nacional de Auditoria (SNA) fornece elementos importantes para a gestão das políticas públicas de saúde, demonstrando aspectos relevantes quanto à efetividade, à legalidade e à economicidade na aplicação dos recursos direcionados à saúde. Sendo assim, o SNA representa um instrumento estratégico da governança pública em saúde.

As opções a seguir apresentam competências da Auditoria-Geral do Sistema Único de Saúde (AudSUS), como unidade central do Sistema Nacional de Auditoria (SNA), à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Orientar a elaboração do PAC das unidades de auditoria interna do SNA, quanto ao planejamento, ao acompanhamento e à execução das ações de desenvolvimento.
- (B) Apoiar tecnicamente as unidades de auditoria interna do SNA para a identificação das necessidades de formação e desenvolvimento dos auditores.
- (C) Buscar parcerias com instituições de ensino públicas ou privadas para a implementação do PAC no âmbito do SNA.
- (D) Propor a realização de capacitações e treinamentos de curta, média e longa duração, que deverão ser ofertados na modalidade presencial, semipresencial ou a distância para as unidades do SNA nas esferas estaduais e municipais do SUS.
- (E) Produzir e divulgar semestralmente o PAC da AudSUS, conforme previsão em Plano de Desenvolvimento de Pessoas do Ministério da Saúde do respectivo exercício.

28

Conforme os princípios, diretrizes e regras da auditoria do SUS no âmbito do Ministério da Saúde, os servidores devem assegurar que a prática da atividade de auditoria seja pautada por uma série de princípios, dentre eles o princípio da competência e capacidade profissional.

As opções a seguir apresentam conceitos relacionados ao princípio da competência e capacidade profissional, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) O responsável pela unidade de auditoria poderá solicitar opinião técnica especializada, caso os auditores não possuam as habilidades ou outras.
- (B) Os servidores devem zelar pelo aperfeiçoamento de seus conhecimentos, habilidades e outras competências técnicas, por meio do desenvolvimento profissional contínuo a ser ofertado pelo Ministério da Saúde.
- (C) O servidor que atuará na atividade de auditoria não deve fazer análises e julgamentos que não sejam amparados pela melhor técnica e conhecimento disponíveis, sob pena de comprometer a confiabilidade do resultado.
- (D) O servidor deve manter distanciamento profissional e atitude alerta e questionadora ao avaliar a suficiência e a adequação da evidência obtida ao longo do processo de auditoria.
- (E) O servidor deve buscar atualização constante de suas competências e conhecimentos técnicos necessários à execução da atividade.

29

Sobre a elaboração, a comunicação e a aprovação do Plano Anual de Auditoria Interna - Relatório Anual de Auditoria Interna (RAA) no âmbito das unidades de auditoria interna do Sistema Único de Saúde (SUS), é correto afirmar que o conteúdo do RAA deverá abordar, no mínimo,

- I. o quadro demonstrativo da alocação efetiva da força de trabalho durante a vigência do PAA.
- II. a posição sobre a execução das ações de auditoria previstas no PAA, relacionando aquelas finalizadas e pendentes com previsão de realização.
- III. a indicação dos benefícios financeiros auferidos em decorrência da atuação da unidade de auditoria interna do SUS.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

30

O médico auditor do SUS exerce seu trabalho em todo sistema hospitalar, analisando despesas e custos com tratamentos a pacientes e autorização de procedimentos, a fim de garantir o correto aproveitamento dos leitos e evitar irregularidades.

Sobre as atribuições do médico auditor do SUS, analise as afirmativas a seguir.

- I. Produzir informações para subsidiar o planejamento das ações que contribuam para o aperfeiçoamento do SUS.
- II. Conferir a qualidade, a propriedade e a efetividade dos serviços de saúde prestados à população.
- III. Avaliar os elementos componentes dos processos da instituição, serviço ou sistema auditado, objetivando a melhoria dos procedimentos por meio da detecção de desvios dos padrões estabelecidos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

31

Leia o fragmento a seguir.

Durante o desenvolvimento do seu trabalho, o auditor deverá possuir o domínio do julgamento profissional, pautando-se, exclusiva e livremente a seu critério, no planejamento dos seus exames, na seleção e aplicação de procedimentos técnicos e testes de auditoria, na definição de suas conclusões e na elaboração dos seus relatórios e pareceres.

O princípio acima descrito é o da

- (A) Independência.
- (B) Imparcialidade.
- (C) Cautela e zelo profissional.
- (D) Soberania.
- (E) Objetividade.

32

Para obter a autorização de funcionamento, as operadoras de planos privados de assistência à saúde devem satisfazer os requisitos a seguir, independentemente de outros que venham a ser determinados pela ANS.

- I. Registro no Conselho Federal de Medicina, conforme o caso, em cumprimento ao disposto no Art. 1º da Lei nº 6.839/1980.
- II. Descrição simplificada dos serviços de saúde próprios oferecidos e daqueles a serem prestados por terceiros.
- III. Descrição de suas instalações e equipamentos destinados a prestação de serviços.
- IV. Especificação dos recursos humanos qualificados e habilitados, com responsabilidade técnica de acordo com as leis que regem a matéria.
- V. Demonstração da capacidade de atendimento em razão dos serviços a serem prestados

Estão corretas apenas as afirmativas

- (A) II, IV e V.
- (B) II, III e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) III, IV e V.
- (E) I, IV e V.

33

O Art. 1º da Lei nº 9.961/2000, *in verbis*: “É criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, autarquia sob o regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde (...), como órgão de regulação, normatização, controle e fiscalização das atividades que garantam a assistência suplementar à saúde. Parágrafo único. A natureza de autarquia especial conferida à ANS é caracterizada por autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de gestão de recursos humanos, autonomia nas suas decisões técnicas e mandato fixo de seus dirigentes”.

Conforme a citada lei, compete à ANS

- I. proceder à integração de informações com os bancos de dados do Sistema Único de Saúde.
- II. adotar as medidas necessárias para estimular a competição no setor de planos privados de assistência à saúde.
- III. estabelecer parâmetros e indicadores de qualidade e de cobertura em assistência à saúde para os serviços próprios, excluindo os serviços terceirizados pelas operadoras.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

34

Nas avaliações médico-periciais previdenciárias para a determinação da incapacidade laborativa de caráter acidentário (B91/B92), devem constar do laudo, obrigatoriamente, as informações a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT).
- (B) Diagnóstico (CID).
- (C) Data do início da incapacidade.
- (D) Data do início da doença.
- (E) Profissiógrafia.

35

A perícia médica previdenciária tem por finalidade precípua a emissão de parecer técnico conclusivo, quando da avaliação da incapacidade laborativa e em outras situações previstas por lei.

As opções a seguir apresentam deveres do Perito Médico Federal (anteriormente conhecido como Perito Médico do INSS), **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Fazer a avaliação médica do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BCP/LOAS).
- (B) Avaliar os portadores da Síndrome de Talidomida.
- (C) Determinar a existência de nexo técnico epidemiológico previdenciário.
- (D) Determinar o tempo de tratamento da patologia que foi determinada como incapacitante.
- (E) Determinar a indicação de inclusão em Programa de Reabilitação Profissional.

36

O Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) apresenta o número de hospitais existentes, sua capacidade em quantitativo de leitos, o tempo médio de permanência do paciente no hospital, quantos são públicos ou credenciados pelo SUS. É o sistema que processa as Autorizações de Internações Hospitalares (AIH), disponibilizando informações sobre os recursos destinados a cada hospital que integra o SUS e as principais causas de internação.

O Relatório de Saída Efetivos do Sistema SIH/SUS é constituído por documentos de consulta obrigatória, que retratam o perfil da atividade, o serviço ou a unidade auditada.

As opções a seguir indicam documentos que fazem parte do grupo do Relatório de Saída Efetivos do SIH/SUS, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Relatório de Dados Cadastrais do Hospital.
- (B) Relatório Comparativo entre Procedimento Solicitado/Realizado e OPM Utilizados.
- (C) Relatório de Procedimentos Especiais.
- (D) Cadastro de Profissionais e Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapia (SADT).
- (E) Relação de AIH Pagas.

37

A *Auditoria Operativa* compreende a atividade desenvolvida na própria unidade de saúde em que as ações e os serviços são realizados, mediante a observação direta dos controles internos, fatos, dados, documentos e situações encontradas.

Com relação ao Exame do Paciente Internado, analise as afirmativas a seguir.

- I. O médico auditor deve solicitar e analisar os prontuários dos pacientes internados e, por amostragem, visitar 20% desses pacientes ou mais, se a situação exigir.
- II. O médico auditor deve, antes de iniciar suas atividades junto ao paciente, identificar-se, informar sua função e solicitar permissão para executá-la.
- III. O médico auditor deve agir com consciência e imparcialidade e o que se tiver conhecido por meio de exames e observações deverá ser registrado no prontuário.
- IV. O médico auditor deve formular, junto ao paciente e familiares, comentários ou críticas sobre a assistência médico-hospitalar que está sendo prestada, com o objetivo da melhora da prestação da assistência.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I e II, apenas.

38

A hipertensão pulmonar (HP) é uma síndrome clínica e hemodinâmica que resulta no aumento da resistência vascular na pequena circulação, elevando os níveis pressóricos na circulação pulmonar. Esse aumento de resistência pode estar associado a várias condições médicas subjacentes ou a uma doença que afete exclusivamente a circulação pulmonar.

Os achados no exame físico incluem, exceto

- (A) retração paraesternal esquerda.
- (B) segunda bulha cardíaca aumentada.
- (C) aumento de volume dos pulsos arteriais.
- (D) terceira bulha cardíaca do ventrículo direito.
- (E) pressão venosa jugular elevada com forma de onda anormal.

39

O Art. 6º da Resolução nº 1.614/2001 do CFM dispõe: “O médico, na função de auditor, se obriga a manter o sigilo profissional, devendo, sempre que necessário, comunicar a quem de direito e por escrito suas observações, conclusões e recomendações...”

Nesse contexto, analise as afirmativas a seguir.

- I. Deve o médico, na função de auditor, divulgar suas observações, conclusões ou recomendações.
- II. O médico, na função de auditor, não pode, em seu relatório, exagerar ou omitir fatos decorrentes do exercício de suas funções.
- III. Poderá o médico na função de auditor solicitar por escrito, ao médico assistente, os esclarecimentos necessários ao exercício de suas atividades.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II, apenas.

40

Conforme o Índice de Funcionalidade Brasileiro Aplicado (IF-BrA), para fins de classificação e concessão da aposentadoria da pessoa com deficiência, para o cálculo do Escore dos Domínios e Pontuação Total, as atividades estão divididas em sete domínios. Cada domínio tem um número variável de atividades. A Pontuação Total é soma da pontuação dos domínios que, por sua vez, é a soma da pontuação das atividades.

A pontuação final será a soma das pontuações de cada domínio aplicada pela medicina pericial e pelo serviço social, observada a aplicação do modelo Fuzzy.

Para a aferição dos graus de deficiência previstos pela Lei Complementar nº 142/2013, avalie os critérios a seguir.

- I. Deficiência Grave quando a pontuação for menor ou igual a 5.739.
- II. Deficiência Moderada quando a pontuação total for maior ou igual a 5.740 e menor ou igual a 6.354.
- III. Deficiência Leve quando a pontuação total for maior ou igual a 6.355 e menor ou igual a 7.899.
- IV. Pontuação Insuficiente para Concessão do Benefício quando a pontuação for maior ou igual a 7.900.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

41

Curatela é o encargo público concedido por lei a alguém, para reger e defender uma pessoa, assim como administrar os bens de maiores incapazes, que por si só, não estão em condições de fazê-lo, em razão de enfermidade ou de deficiência mental.

O Art. 1767 do Código Civil define que, em razão de sua incapacidade, o *pródigo* está sujeito à curatela.

Segundo as Diretrizes de Conduta Médico-Pericial em Transtornos Mentais, do Ministério da Previdência, a patologia mais frequentemente associada à prodigalidade é a(o)

- (A) esquizofrenia.
- (B) transtorno de ansiedade generalizada.
- (C) doença de Alzheimer.
- (D) transtorno de personalidade *borderline*.
- (E) transtorno bipolar.

42

Alienação mental é causada por transtornos mentais, neuro-mentais, metabólicos ou tóxicos, graves, incuráveis pelos meios habituais e conhecidos de tratamento, com alteração profunda das funções mentais.

O alienado mental é incapaz de gerir sua pessoa e bens, é incapaz para os atos da vida civil e de relação, dependendo de terceiros para a realização dos mesmos.

Conforme as Diretrizes de Conduta Médico-Pericial em Transtornos Mentais, do Ministério da Previdência, as opções a seguir apresentam doenças que, habitualmente, não cursam com alienação mental, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Reações de ajustamento e ao estresse.
- (B) Dependência ao álcool, drogas e outras psicoses orgânicas.
- (C) Transtornos de personalidade.
- (D) Transtornos neuróticos.
- (E) Psicoses epiléticas.

43

A atuação do profissional de Auditoria em Saúde evoluiu nos últimos anos, não sendo mais meramente operacional, contador de itens de contas médicas e hospitalares, para uma função cada vez mais analítica, estratégica e desafiadora. A promoção da melhor assistência à saúde com custos viáveis é o objetivo principal da auditoria, garantindo a viabilidade financeira dos serviços e dos sistemas de saúde.

Sobre as finalidades da auditoria dos Sistemas de Saúde, observe as afirmativas a seguir.

- I. Aferir a observância dos padrões estabelecidos de qualidade, quantidade, custos e gastos da atenção à saúde.
- II. Avaliar os elementos componentes dos processos da instituição, serviço ou sistema auditado, objetivando a melhoria dos procedimentos por meio da detecção de desvios dos padrões estabelecidos.
- III. Produzir informações para subsidiar o planejamento das ações que contribuam para o aperfeiçoamento do Sistemas de Saúde.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II, apenas.
- (E) III, apenas.

44

Células tronco são tipos de células que podem se diferenciar em células com funções muito especializadas, constituindo diferentes tipos de tecidos do corpo.

Em termos práticos, podemos afirmar que células-tronco são células que têm o potencial de recompor tecidos danificados e, assim, auxiliar no tratamento de doenças como câncer, mal de Parkinson, mal de Alzheimer e doenças degenerativas e cardíacas.

A Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/2005) autoriza e regula a pesquisa com células tronco.

Sobre o *uso de células tronco*, avalie as afirmativas a seguir.

- I. É permitido o uso, após 2 anos de congelamento.
- II. É permitido uso quando obtida em fertilização *in vitro*.
- III. É vedada sua comercialização.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

45

O Carcinoma Diferenciado da Tireoide (CDT) é a neoplasia maligna endócrina de maior prevalência no mundo. Entende-se como CDT, o tumor maligno da tireoide de origem epitelial.

O tipo histológico mais comum desta categoria é o

- (A) Folicular.
- (B) Melanoma.
- (C) Papilífero.
- (D) Anaplásico.
- (E) de células de Hurthle.

46

O risco de morte súbita é maior entre os pacientes com doença cardíaca congênita em comparação com a população geral, e a idade média de óbito varia de 30 a 49 anos.

Pacientes com cardiopatia congênita de complexidade moderada ou grave apresentam risco ainda maior de morte súbita, correspondendo a aproximadamente 25% das causas de morte cardíaca.

Nesse contexto, assinale a opção que apresenta a cardiopatia congênita relacionada ao gene NKX2.5.

- (A) Transposição das grandes artérias.
- (B) Anomalia de Ebstein.
- (C) *Truncus arteriosus*.
- (D) Tetralogia de Fallot.
- (E) Defeito do septo ventricular.

47

O Benefício de Prestação Continuada – BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, é a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade.

Sobre os requisitos para o recebimento do BPC, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Além da renda de acordo com o requisito estabelecido, as pessoas com deficiência também passam por avaliação médica e social no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
- (B) Para ter direito ao benefício, não é preciso ter contribuído para o INSS.
- (C) No caso da pessoa com deficiência, esta condição tem de ser capaz de lhe causar impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (com efeitos por pelo menos 2 anos).
- (D) O beneficiário do BPC, assim como sua família, deve estar inscrito no Cadastro Único. Isso deve ser feito antes mesmo de o benefício ser solicitado. Sem isso, ele não pode ter acesso ao BPC.
- (E) Para ter direito ao BPC, é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja igual ou menor que 1/3 do salário-mínimo

48

O objetivo do tratamento da epilepsia é propiciar a melhor qualidade de vida possível para o paciente, pelo alcance de um adequado controle de crises, com um mínimo de efeitos adversos, buscando, idealmente, uma remissão total das crises. Os fármacos antiepilépticos são a base do tratamento da epilepsia. Os tratamentos não medicamentosos são viáveis apenas em casos selecionados, e são indicados após a falha dos medicamentos antiepilépticos.

As opções a seguir apresentam os principais mecanismos de ação dos fármacos antiepilépticos, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Bloqueio dos canais de sódio.
- (B) Bloqueio dos canais de cálcio.
- (C) Bloqueio dos canais de potássio.
- (D) Aumento da inibição GABAérgica.
- (E) Ligação à proteína SV2A da vesícula sináptica.

49

A doença de Wilson é uma doença genética, de herança autossômica recessiva, e o gene envolvido é o ATP7B, situado no locus 14 do braço longo do cromossomo 13.

O gene ATP7B, contido em uma área do DNA de aproximadamente 80 kilobases (kb), contém 22 éxons transcritos em um RNA mensageiro de aproximadamente 7,8 kb que tem alta expressão no fígado.

A *Doença de Wilson* caracteriza-se por distúrbio do metabolismo do

- (A) ferro.
- (B) cálcio.
- (C) magnésio.
- (D) zinco.
- (E) cobre.

50

Os sinais clínicos indicativos da deficiência intelectual variam conforme a faixa etária e podem ser observados já nos primeiros meses de vida. Preconiza-se a investigação direcionada de manifestações comumente associadas às condições que cursam com atraso do desenvolvimento ou deficiência intelectual conforme a faixa etária.

De acordo com Protocolos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) do Ministério da Saúde, as manifestações dos citados sinais clínicos indicativos da deficiência intelectual, encontradas na faixa de 12 a 36 meses de idade, são

- (A) dificuldade escolar; déficit de atenção; agitação psicomotora; ansiedade; distúrbios de humor.
- (B) atraso/dificuldade de fala; dificuldade de interação social e padrões incomuns de comportamento.
- (C) atraso/distúrbio de linguagem; déficit na coordenação motora fina (dificuldade para recortar, colorir, desenhar); alterações de comportamento como dificuldade de interação social e agitação psicomotora.
- (D) interação reduzida com a mãe ou ambiente; suspeita de déficit auditivo ou visual; atraso do desenvolvimento motor e alterações de comportamento.
- (E) hipotonia; descoordenação de sucção-deglutição; dismorfismos; anomalias congênicas do Sistema Nervoso Central (SNC).

51

O câncer colorretal abrange tumores que acometem um segmento do intestino grosso (o cólon) e o reto. É tratável e, na maioria dos casos, curável, ao ser detectado precocemente.

Grande parte desses tumores se inicia a partir de pólipos, lesões benignas que podem crescer na parede interna do intestino grosso. Uma maneira de prevenir o aparecimento dos tumores seria a detecção e a remoção dos pólipos antes de eles se tornarem malignos

À luz dos Protocolos e diretrizes terapêuticas (PCDT) do Ministério da Saúde sobre o Câncer de cólon e reto, analise as afirmativas a seguir.

- I. A indicação para realização de PET-CT deve ser feita para detecção de metástase de câncer colorretal, exclusivamente hepática e potencialmente ressecável.
- II. O tratamento padrão para o câncer do reto é a ressecção cirúrgica do tumor primário. Excetuando-se lesões T1, passíveis de excisão local em casos selecionados, a cirurgia requer a excisão total do mesorreto.
- III. A quimioterapia adjuvante está indicada para doentes com câncer colorretal no estágio III e, excepcionalmente, nos estágios I e II.
- IV. A quimioterapia prévia (pré-operatória) está indicada para doentes com câncer de reto no estágio II ou III, associada à radioterapia.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.

52

Na fase operativa de auditoria na Assistência Ambulatorial e Hospitalar do SUS, as atividades são desenvolvidas na(s) unidade(s) onde as ações e os serviços foram realizados. Tem por finalidade aferir a adequação, a eficiência, a eficácia e os resultados, mediante a observação direta dos controles internos, fatos, dados, documentos e situações.

O Comunicado de Auditoria (CA) é utilizado para solicitar documentos, informações e/ou esclarecimentos pertinentes aos trabalhos de auditoria. Deve ser encaminhado, com antecedência, nas situações em que a auditoria se reveste de magnitude e/ou complexidade, evitando-se o comprometimento do tempo destinado à verificação *in loco*, com busca de documentos.

Nesse contexto, sobre a análise do prontuário médico, analise as afirmativas a seguir.

- I. Se a situação exigir, o médico na função de auditor poderá solicitar ao diretor médico da unidade a disponibilização de prontuários selecionados de pacientes internados, sendo-lhe vedada a retirada dos prontuários da instituição.
- II. É permitido ao médico, na função de auditor, transferir sua competência a outros profissionais, desde que sejam integrantes de sua equipe.
- III. O prontuário deverá ser arquivado no mínimo 20 anos e, nos casos de hospitais maternidade, no mínimo 21 anos, conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- IV. O nome completo do paciente deve constar em todas as folhas do prontuário.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) I e IV.

53

O Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) disponibiliza o registro dos atendimentos ambulatoriais, padronizado em nível nacional, o que possibilita a geração de informações, facilitando o processo de planejamento, controle, avaliação e auditoria.

O relatório demonstrativo de Autorização de Procedimento de Alta Complexidade (APAC) apresentadas e/ou aprovadas, é um dos instrumentos do SIA que permite identificar cobrança de procedimentos indevidos, sendo uma ferramenta para realização da fase operativa da auditoria.

As opções a seguir apresentam os procedimentos que utilizam APAC como instrumento de registro, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Acompanhamento de cirurgia oncológica.
- (B) Acompanhamento de paciente queimado.
- (C) Diagnóstico de doenças raras.
- (D) Quimioterapia e radioterapia.
- (E) Acompanhamento de paciente pré-dialítico.

54

As condições patológicas indicadas a seguir excluem a exigência de carência para a concessão de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez aos segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Fratura de quirodáctilo.
- (B) Apendicite aguda.
- (C) Mal de Parkinson.
- (D) Epilepsia.
- (E) Miocardiopatia classe III de NYHA.

55

O *aneurisma* é uma doença que consiste na dilatação anormal de um vaso sanguíneo causada pelo enfraquecimento da sua parede.

Aneurismas da aorta abdominal (AAA) são encontrados incidentalmente com frequência, sobretudo na população idosa, sendo responsáveis por 90% a 95% de todos os casos de aneurisma de aorta. Estima-se que a prevalência dos AAA é de 2% na população com 60 anos de idade e em cerca de 5% após os 70 anos.

Sobre o AAA, assinale a afirmativa correta.

- (A) O aneurisma da aorta abdominal inflamatório é responsável por 15% a 20% de todos os casos de AAA.
- (B) Indicação de cirurgia quando > 5,0cm.
- (C) Prevalência de 2 a 3 vezes maior no sexo masculino.
- (D) Os aneurismas fusiformes são considerados pelos cirurgiões vasculares como o de maior risco de ruptura.
- (E) Indicação de tratamento endovascular quando >4,0cm e <5,0cm.

56

O câncer da próstata mais comum é o adenocarcinoma. Os sintomas geralmente estão ausentes até o crescimento do tumor causar hematuria e/ou obstrução com dor. O diagnóstico é sugerido pelo toque retal e pela dosagem do antígeno prostático específico (PSA), sendo confirmado pela biópsia transretal com ultrassom.

Assinale a opção que indica os principais fatores de risco para o câncer de próstata.

- (A) Tabagismo e idade.
- (B) Tabagismo e etilismo.
- (C) Obesidade e etilismo.
- (D) Tabagismo e história familiar.
- (E) Idade e história familiar.

57

A identificação da Osteogênese Imperfeita (OI), também conhecida como doença dos ossos de vidro ou quebradiços ou doença de Lobstein, em seu estágio inicial e o encaminhamento ágil e adequado para o atendimento especializado dão à Atenção Primária um caráter essencial para um melhor resultado terapêutico e prognóstico dos casos.

Além dos achados característicos no exame físico, exames laboratoriais devem ser realizados para confirmar o diagnóstico e avaliar os resultados da terapêutica medicamentosa.

São indicadas as dosagens séricas elencadas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Fosfatase alcalina.
- (B) Vitamina D.
- (C) Cálcio.
- (D) Paratormônio (PTH).
- (E) Fósforo.

58

O câncer de colo do útero, também conhecido por câncer cervical, é uma doença de evolução lenta que acomete, sobretudo, mulheres acima dos 25 anos. O principal agente da enfermidade é o papilomavírus humano (HPV).

Antes de tornar-se maligno, o que leva alguns anos, o tumor passa por uma fase de pré-malignidade, denominada NIC (Neoplasia Intraepitelial Cervical), que pode ser classificada em graus I, II, III e IV de acordo com a gravidade do caso.

Sobre esse tema, conforme as Diretrizes Brasileiras para o Rastreamento do Câncer do Colo do Útero, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Mulheres HIV positivas com contagem de linfócitos CD4+ abaixo de 200 células/mm³ devem ter priorizada a correção dos níveis de CD4+ e, enquanto isso, devem ter o rastreamento citológico a cada 12 meses.
- (B) Mulheres sem história de atividade sexual não devem ser submetidas ao rastreamento do câncer do colo do útero.
- (C) O rastreamento citológico em mulheres menopausadas pode levar a resultados falso-positivos causados pela atrofia secundária ao hipoestrogenismo, gerando ansiedade na mulher e procedimentos diagnósticos e terapêuticos desnecessários.
- (D) Mulheres submetidas à histerectomia total por lesões benignas, sem história prévia de diagnóstico ou tratamento de lesões cervicais de alto grau, podem ser excluídas do rastreamento, desde que apresentem exames anteriores normais.
- (E) O rastreamento em gestantes deve seguir as recomendações de periodicidade e faixa etária como para as demais mulheres.

59

O *tabagismo* é considerado uma doença epidêmica decorrente da dependência à nicotina e se inclui na 10ª Classificação Internacional de Doenças (CID10) no grupo de transtornos mentais e de comportamento devido ao uso de substâncias psicoativas.

Assinale a opção que indica a dosagem que é considerada como tratamento de primeira linha para o tabagismo.

- (A) Quetiapina.
- (B) Bupropiona.
- (C) Clomipramina.
- (D) Clorpromazina.
- (E) Desvenlafaxina.

60

No Brasil, a partir do século XX, os hospitais, além da assistência à saúde, passaram a agregar também as funções de ensino e de aprendizagem e pesquisa para a produção de conhecimento em saúde, tendo implicações importantes sobre o processo de auditoria em saúde.

Ao mesmo tempo, o sistema de saúde nacional, experimentou modelos assistenciais que variaram entre o campanhista – baseado em campanhas de vacinação nem sempre bem assimiladas pela população – e o de centros de saúde e ambulatorios especializados, que acabaram por convergir – nos casos de necessidade de cuidados complexos – para o hospital como forma terciária de atendimento. A complexidade crescente dos métodos de atendimento nesses ambientes agregou, e continua agregando, custos e valores que necessitam de gestão, controles e financiamento adequados.

Sobre a história da auditoria em saúde o Brasil no século XX, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) As primeiras normativas constituíram a Resolução CFM nº 1466, de 1996, que foi revogada e substituída pela Resolução CFM nº 1614, de 2001
- (B) A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a possibilidade de participação da iniciativa privada no atendimento à saúde dos cidadãos.
- (C) A Constituição Federal de 1988 entendeu o direito à saúde como um direito de todos e um dever do Estado, o que garantiu a inclusão de grupos que até então não contribuíam financeiramente com os sistemas de saúde.
- (D) O Conselho Regional de Medicina do Paraná, em 1983, afirmou que a auditoria médica “*deve ter como único objetivo a elevação dos padrões técnico, administrativo e ético dos profissionais da área, bem como a melhoria das condições hospitalares, visando em conjunto a um melhor atendimento à população.*”
- (E) A Constituição Federal de 1988, tratou apenas da regulamentação das auditorias públicas, delegando ao Conselho Federal de Medicina as auditorias privadas, e estabeleceu que as ações e serviços públicos de saúde devem integrar uma rede não hierarquizada constituindo um sistema único, organizado de acordo com algumas diretrizes, como a centralização, com direção única em cada esfera de governo.

61

Segundo o Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (DENASUS), *a situação que se caracteriza pelo prejuízo ou malversação do dinheiro público, pelo desvio da finalidade do objeto ajustado e pela não observância dos princípios de legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e economia, na qual se constata a existência de desfalque, alcance, desvio de bens ou outra ação que resulte prejuízo quantificável para o erário, é* conceituada como

- (A) desinstitucionalização.
- (B) fraude à execução.
- (C) erro.
- (D) irregularidade.
- (E) impropriedade.

62

As opções a seguir apresentam, segundo a Lei nº 7.713/1988, situações em que beneficiários da Previdência Social podem ser isentados do pagamento de imposto de renda.

Sobre tais situações e a avaliação médico-pericial, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) As moléstias profissionais são passíveis de isenção de imposto de renda.
- (B) Em caso de doenças passíveis de controle, o laudo deve ter a validade determinada.
- (C) A doença não pode ter sido contraída depois da data da aposentadoria.
- (D) Para o reconhecimento do direito, a doença deve ser comprovada por laudo pericial emitido por serviço médico oficial da União.
- (E) Para a conclusão do laudo não é necessária a comprovação da patologia e sua gravidade por meio de exames complementares.

63

A publicação da Resolução nº 2.217/2018 marca o fim de um processo de quase três anos de discussões e análises, conduzido pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), cujo resultado visível e esperado pela sociedade era a revisão do Código de Ética Médica (CEM). O novo texto, em vigor a partir de 30 de abril de 2019, atualizou a versão anterior, de 2009, incorporando abordagens pertinentes às mudanças do mundo contemporâneo.

Temas como inovações tecnológicas, comunicação em massa e relações em sociedade foram tratados. Ressalte-se que, ao atender a uma necessidade natural e permanente de aperfeiçoamento, a revisão do CEM foi feita sob o prisma de zelo pelos princípios deontológicos da Medicina, sendo um dos mais importantes o absoluto respeito ao ser humano, com a atuação em prol da saúde dos indivíduos e da coletividade, sem discriminações.

De acordo com o CEM, sobre documentos médicos, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) É vedado ao médico deixar de elaborar prontuário legível para cada paciente.
- (B) É vedado ao médico permitir o manuseio e o conhecimento dos prontuários por pessoas não obrigadas ao sigilo profissional quando sob sua responsabilidade.
- (C) É vedado ao médico deixar de atestar óbito de paciente ao qual vinha prestando assistência.
- (D) É vedado ao médico usar formulários institucionais para atestar, prescrever e solicitar exames ou procedimentos fora da instituição a que pertençam tais formulários.
- (E) É vedado ao médico expedir documento médico sem ter praticado ato profissional que o justifique, que seja tendencioso ou que não corresponda à verdade.

64

Os auditores devem conduzir-se de modo a justificar a confiança individual e institucional que lhes é depositada.

As fases de uma auditoria compreendem: programação, preparação, planejamento, condução e avaliação dos resultados, apresentação do relatório e acompanhamento das ações corretivas/saneadoras propostas.

No âmbito do serviço público, a opinião do auditor, com atribuição de auditoria, deverá ser expressa por meio de Relatório de Auditoria e Parecer. De caráter formal, o Relatório refletirá os resultados dos exames efetuados de acordo com a forma e tipo de auditoria. Para cada auditoria realizada, o auditor deverá elaborar relatório que refletirá os resultados dos exames efetuados, de acordo com a forma ou tipo de auditoria. As informações abrangem os atos, os fatos e as situações observadas.

Nesse contexto, analise as descrições a seguir.

- I. Mensagem clara e direta, para entendimento fácil do que se pretendeu transmitir.
- II. O relato das evidências conduz o leitor prudente às mesmas conclusões a que chegou o auditor.
- III. Incluir nos relatórios os fatos relevantes observados na sua integralidade, sem nenhuma omissão, proporcionando uma visão objetiva das impropriedades/irregularidades apontadas, recomendações efetuadas e conclusão.

As descrições correspondem, respectivamente, aos atributos de qualidade do relatório de

- (A) coerência / clareza / integridade.
- (B) objetividade / convicção / integridade.
- (C) objetividade / clareza / coerência.
- (D) coerência / convicção / integridade.
- (E) objetividade / coerência / clareza.

65

O paciente, vítima de erro médico, pode acionar o profissional em quatro esferas distintas e com regras procedimentais bem específicas: a civil, a penal, a administrativa e a disciplinar.

Reconhece-se, quase unanimemente, a responsabilidade civil do médico como de natureza contratual. Em alguns casos poderá ser extracontratual quando, por exemplo, do atendimento de um acidentado desfalecido, na rua. Será também extracontratual quando cometer um ilícito penal ou descumprir normas regulamentares da profissão, causando danos ao paciente, como nas situações abaixo, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Erro médico em procedimento estético.
- (B) Lançar mão de tratamento cientificamente condenado.
- (C) Fornecimento atestado falso.
- (D) Atitude charlatanesca danosa.
- (E) Não impedir que pessoa não habilitada exerça a profissão.

66

Deficiência é resultado da interação de condições de saúde e fatores ambientais, no nível corporal, pessoal e social.

Por definição, a avaliação biopsicossocial tem como objetivo verificar e avaliar os direitos de pessoas com deficiência, de forma a identificar, individualmente, de que modo ela desabilita ou prejudica a autonomia plena na vida cotidiana e profissional.

Na avaliação médica, conforme o Índice de Funcionalidade Brasileiro (IF-BrA) de um indivíduo diabético com retinopatia avançada e com amaurose irreversível bilateral (sem percepção luminosa em ambos os olhos), assinale a opção que indica a pontuação adequada no Domínio das Atividades, item 1.1 - Observar (perceber, discriminar, reconhecer o que enxerga e utilizar intencionalmente o sentido da visão, compatível com a faixa etária).

- (A) 0 (Zero).
- (B) 25.
- (C) 50.
- (D) 75.
- (E) 100.

67

Os atestados piedosos são pedidos como forma de suavizar um diagnóstico de gravidade maior, principalmente quando se trata de pacientes portadores de doenças com prognóstico reservado e/ou incuráveis. Tais atestados geralmente são feitos atendendo à solicitação de familiares, atestando enfermidade diversa, sempre de caráter benigno, na intenção de confortar o paciente.

Os *atestados piedosos* são uma forma de atestado

- (A) falso.
- (B) gracioso.
- (C) imprudente.
- (D) complacente.
- (E) oneroso.

68

O processo de auditoria do SUS divide-se em fase analítica, fase operativa e relatório final.

A fase analítica corresponde ao planejamento da auditoria para que seja adequadamente executada pela equipe dentro do prazo estabelecido. Seu objetivo principal é preparar os servidores para a fase operativa ou *in loco*, propiciando uma compreensão mais acurada sobre as atividades administrativas imprescindíveis ao bom êxito das fases subsequentes.

Fazem parte da fase analítica, ***exceto***

- (A) a construção das matrizes de coleta e análise de informações.
- (B) a reunião de abertura com o auditado, com as finalidades de ser entregue o ofício de apresentação da equipe, e receber os documentos solicitados, se for o caso.
- (C) a definição do foco e delimitação da extensão dos trabalhos por meio da revisão e do aprimoramento da definição de objetivos e do escopo da auditoria, construídos durante a tarefa.
- (D) a elaboração do relatório analítico que deverá ser confeccionado pela equipe e revisado pelo supervisor técnico, com o fim de ser submetido à COPLAO para validação.
- (E) a elaboração dos papéis de trabalho que devem ser mantidos organizados e à disposição para consulta, de maneira a demonstrar os procedimentos adotados pela equipe, as evidências obtidas, as constatações e as conclusões alcançadas.

69

Em grandes populações vulneráveis, a incidência de algumas doenças tende a aumentar a cada dois ou três anos. Esse processo pode ser explicado pelo decréscimo no número de suscetíveis logo após a epidemia, e pelo sucessivo nascimento de crianças suscetíveis, cujo acúmulo vai permitir que nova epidemia venha a ocorrer no futuro.

A descrição acima diz respeito à ocorrência de

- (A) surto epidêmico.
- (B) endemia sazonal.
- (C) variações cíclicas.
- (D) variações sazonais.
- (E) variações irregulares.

70

O estudo experimental e prospectivo em seres humanos, que compara o efeito e o valor de uma intervenção (profilática ou terapêutica) com os controles, e no qual os participantes dos dois grupos são distribuídos de forma aleatória, é denominado estudo

- (A) de coorte.
- (B) ecológico.
- (C) longitudinal.
- (D) caso-controle.
- (E) clínico randomizado.

Realização

